Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Companhia Industrial Cataguases ("Companhia") constituída como uma "Sociedade Anônima" domiciliada no Brasil, com a sede social localizada na Praça José Inácio Peixoto, nº 28, bairro Vila Tereza – Cataguases – MG, tem por atividade principal a fabricação, comércio, importação e exportação de fios e tecidos, de matérias primas e produtos intermediários, têxteis, bem como a fabricação, a comercialização, a importação e a exportação de confeccionados em geral.

A Sociedade controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações ("Domínio" ou "Controlada"), constituída em 22 de setembro de 1998, cujo capital social foi totalmente integralizado em imóveis de natureza residencial, tem como objetivo a corretagem, a administração, a locação, a compra, a venda e a incorporação de bens imóveis.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a) <u>Declaração de conformidade</u>

i) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

ii) Demonstrações contábeis individuais da controladora

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2016.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis -- Continuação

a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações relativas a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 21 Provisões para riscos
- Nota 07 Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes
- Nota 08 Provisão para perda estoques

d) Reclassificação de contas

A provisão de risco em ações trabalhistas do ano de 2014 está sendo reclassificada das linhas de Custos das Vendas, Despesas com vendas e Despesas administrativas para linha de Outras receitas/(despesas), para melhor comparabilidade com o ano de 2015.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, exceto nos casos indicados em contrário.

a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, de acordo com o pronunciamento técnico – CPC 36, e incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada a seguir relacionada:

	Percentagem de p	participação
	31/12/2015	31/12/2014
Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda.	99,98%	99,98%

As demonstrações contábeis consolidadas incluem receitas e despesas e variações patrimoniais de companhia controlada.

A controlada é consolidada a partir da data de formação ou de aquisição, sendo esta a data na qual a Controladora obtém controle, e continuam a ser consolidada até a data em que esse controle deixe de existir. Os exercícios sociais das controladas são coincidentes com o da Controladora, e as demonstrações contábeis são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intra-grupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intra-grupo, são eliminados.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. O resultado do período é atribuído aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

b) <u>Investimentos em controladas (demonstração financeira individual)</u>

Investimentos em empresas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de demonstrações contábeis individuais da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas controladas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis -- Continuação

b) <u>Investimentos em controladas (demonstração financeira individual)</u>--Continuação

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Controladora reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Controladora e suas controladas (direta e indireta), são eliminados de acordo com a participação mantida nas controladas.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Controladora em suas controladas. A Controladora determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Controladora calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

c) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Políticas contábeis--Continuação

d) Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a dividendos mínimos de 12% sobre o capital social ou 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias, dos dois o maior.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

f) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa e saldos positivos em contas movimento junto às instituições contábeis, resgatáveis em até 90 dias, nas datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

g) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment). O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação realizada em 31 de dezembro de 2006 e avaliação a valor justo em 01/01/2009.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui: a) o custo de materiais e mão de obra direta; b) outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; c) e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

g) Imobilizado--Continuação

iii) Depreciação--Continuação

A Administração efetuou a revisão da vida útil dos seus bens e, baseado em laudo técnico, efetuou o ajuste da depreciação conforme novas taxas de forma prospectiva . As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas a seguir:

	2015 e 2014
Edificações	20,0
Máquinas e equipamentos	16,4
Instalações	18,5
Móveis e utensílios	10 e 5
Veículos	5
Intangível	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

i) Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado pelo valor do bem e no passivo de empréstimos e financiamentos pelo valor das parcelas obrigatórias do contrato, deduzido, em conta redutora, dos juros implícitos, os quais são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa de efetiva de juros. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil-econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

i) <u>Arrendamentos mercantis</u>--Continuação

Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

j) <u>Estoques</u>

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

k) Redução ao Valor Recuperável (Impairment)

i) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e da sua controlada, exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixas futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de imposto que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para finalidade de testar o valor recuperável os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou UGC). A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2015.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

k) Redução ao Valor Recuperável (Impairment)--Continuação

ii) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o nãopagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

I) Benefícios a empregados

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, previdência privada, participação nos lucros e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia. A companhia possui plano de benefício definido que é um plano de benefício pós-emprego sob o qual efetua o pagamento fixo diretamente a seus empregados e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva adicional. A Companhia concede, abono de aposentadoria a ser pago conforme acordo coletivo de trabalho aos empregados contratados até 31 de dezembro de 2014 e que vier se desligar por motivo de aposentadoria, seja especial ou por tempo de serviço.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

m) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se existe uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

n) Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do pedido de venda. Considera transferido os riscos e benefícios para vendas no mercado interno o momento do aceite do cliente no documento fiscal e para o mercado externo na averbação da exportação.

o) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Os dividendos recebidos de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento, nas demonstrações financeiras individuais.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

p) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. no exercício de 2015 optou pela tributação presumida para o imposto de renda e contribuição social.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Políticas contábeis--Continuação

q) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da investida e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais da Companhia em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

r) <u>Demonstrações de valor adicionado</u>

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

s) <u>Determinação do valor justo</u>

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para alguns não financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

t) Propriedade para investimento

Propriedades para investimentos são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimentos são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganho ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício que forem gerados.

u) Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período subsidiado desde que atendidas as condições do IAS 20 em consonância com CPC 07 – Subvenções e assistências governamentais. As parcelas recebidas de incentivos fiscais para redução do ICMS foram registradas no resultado do exercício na rubrica deduções da receita bruta.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Políticas contábeis--Continuação

v) <u>Instrumentos financeiros</u>

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia ou sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: contas a receber, depósitos judiciais, ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Políticas contábeis--Continuação

v) <u>Instrumentos financeiros</u>--Continuação

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa do Grupo são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

Desreconhecimento (baixa) de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, exista o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

v) <u>Instrumentos financeiros</u>--Continuação

Passivos financeiros não derivativos -- Continuação

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) de passivo financeiro

A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

4. Pronunciamentos novos ou revisados

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados em vigor em 31 de dezembro de 2015 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia

A alteração das normas descritas a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015, entretanto, não teve impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia:

- Alterações na IAS 19 Plano de Benefícios Definidos: Contribuições por Parte do Empregado - o propósito destas alterações é simplificar o tratamento contábil para as contribuições por empregados ou terceiros que não são determinados com base no ano de serviço, tais como contribuições de funcionários calculados de acordo com uma percentagem fixa do salário;
- Melhorias Anuais ciclo 2010-2012 conjunto de melhorias que alteraram as seguintes normas: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IAS 16 e IAS 24;
- Melhorias Anuais ciclo 2011-2013 conjunto de melhorias que alteraram as seguintes normas: IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Pronunciamentos novos ou revisados--Continuação

4.2. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2015

As normas e interpretações emitidas mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

- IFRS 9: Instrumentos Financeiros: Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e que completa o projeto do IASB para substituir o IAS 39 – "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". Esse projeto foi dividido em 3 fases: Fase 1 – Classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros. Este introduz um enfoque lógico para a classificação dos ativos financeiros de acordo com as características de fluxo de caixa e do modelo de negócios. Esse novo modelo também resulta em um único modelo de impairment sendo aplicado para toda a demonstração financeira. Fase 2 – Perdas por redução ao valor recuperável ("impairment"). O objetivo deste é o reconhecimento das esperadas perdas de valor de forma tempestiva. A norma requer que as entidades registrem contabilmente as perdas esperadas a partir do momento em que os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos nas demonstrações financeiras. Fase 3 - Contabilidade de Hedge. Este estabelece um novo modelo visando refletir um melhor alinhamento entre a contabilidade de hedge e as atividades de gerenciamento de riscos. Inclui também aprimoramentos nas divulgações requeridas. Essa versão final do IFRS 9 substitui a versão anterior da norma. Aplicação obrigatória para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2018.
- Alterações no IFRS 11: Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias: As alterações à IFRS 11 define que as normas contábeis contidas no IFRS 3 e outras normas pertinentes a contabilização de combinações de negócios devem ser aplicadas para a aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio. Aplicação obrigatória para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2016.
- IFRS 13 Mensuração do valor justo A alteração se aplica prospectivamente e esclarece as exceções de escopo da IFRS 13, quais sejam:

Acordos conjuntos, e não apenas empreendimentos em conjunto, estão fora do escopo da IFRS 13;

Essa exceção de escopo se aplica somente à contabilização das demonstrações financeiras de acordo em conjunto em si.;

• IAS 40 – Propriedade para investimento – A descrição de serviços auxiliares na IAS 40 estabelece a diferença entre propriedade para investimento e propriedade ocupada pelo

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Pronunciamentos novos ou revisados--Continuação

4.2. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2015-Continuação

proprietário (ou seja, ativo imobilizado). A alteração é aplicada prospectivamente e esclarece que a IFRS 3, e não a descrição de serviços auxiliares na IAS 40, é utilizada para determinar se a transação é a compra de um ativo ou uma combinação de negócios.

- IFRS 15: Receita de contratos com clientes: Esta nova norma é aplicável a todos os contratos com clientes exceto leases, instrumentos financeiros e contratos de seguro. O objetivo é tornar a informação financeira mais comparável e prover um novo modelo para o reconhecimento de receitas e requerimentos mais detalhados para contratos com múltiplas obrigações. Também requer uma informação mais detalhada. Essa norma substitui as normas IAS 11 e IAS 18 assim como suas interpretações (IFRIC 13, IFRIC 15, IFRIC 18 e SIC 31). Aplicação obrigatória para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2018.
- Alterações à IAS 16 e à IAS 38 Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização: As alterações ao IAS 16 proíbe o uso do método baseado na receita de depreciação para imobilizado. A alteração ao IAS 38 introduz a presunção refutável de que, para os ativos intangíveis, o método de amortização baseado nas receitas é inadequado e estabelece duas exceções limitadas. Aplicação obrigatória para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2016.
- Melhorias Anuais Ciclo 2012-2014: Conjunto de melhorias que alteraram as seguintes normas: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Aplicação obrigatória para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2016.
- Alterações na IFRS 10 e na IAS 28: Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e uma Associada ou Empreendimento Controlado em Conjunto: A alteração corrige a inconsistência entre o IFRS 10 e o IAS 28, referente ao tratamento contábil da venda ou contribuições de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento conjunto. Aplicação obrigatória para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2016.
- Alterações na IAS 27 Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações
 Financeiras Separadas: Esta melhoria permite que as entidades passem a usar o
 método da equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias,
 joint ventures e associadas em suas demonstrações financeiras separadas. O objetivo
 da melhoria é minimizar os custos associados com o cumprimento com o IFRS, em
 particular para aquelas entidades que aplicam IFRS pela primeira vez, sem reduzir a
 informação disponível para os investidores. Aplicação obrigatória para períodos anuais
 iniciados em 01 de janeiro de 2016.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

4. Pronunciamentos novos ou revisados--Continuação

4.2. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2015-Continuação

- Alterações na IAS 1 Iniciativa de Divulgação: O IASB emitiu alterações ao IAS 1, como parte da iniciativa principal de esclarecer a apresentação e divulgação das informações nas demonstrações financeiras. Essas alterações destinam-se as companhias que aplicam julgamento profissional para determinar que tipo informação devem ser divulgada nas demonstrações financeiras. Aplicação obrigatória para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2016.
- Alterações nas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 Entidades de Investimento: Exceções à Regra de Consolidação: As modificações, que tem um escopo restrito, introduzem clarificações aos requerimentos para as contabilizações dos investimentos nas entidades. As alterações também visam em algumas circunstâncias reduzir os impactos das aplicações da norma.

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que essa alteração tenha um efeito relevante sobre as Demonstrações Contábeis a partir de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consol	lidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
Caixa e Bancos	19.213	14.563	19.241	14.781	
Aplicações Financeiras	5.804	13.567	10.811	20.233	
	25.017	28.130	30.052	35.014	

As aplicações financeiras possuem alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Referem-se, substancialmente a operações compromissadas lastreadas em debêntures e Certificado de Depósito Bancário ("CDB"), remunerados à taxa média de 102,24% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consol	lidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Títulos e valores mobiliários	7.261	10.792	7.261	10.792
Circulante	4.269	8.762	4.269	8.762
Não Circulante	2.992	2.030	2.992	2.030

Referem, substancialmente a Certificado de Depósito Bancário ("CDB") e Fundos de Renda Fixa remunerados à taxa média de 102,20% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

7. Contas a receber de clientes

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Mercado interno	41.978	37.666	42.595	39.048
Mercado externo	7.638	7.073	7.638	7.073
	49.616	44.739	50.233	46.121
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(5.711)	(4.471)	(5.711)	(4.471)
Ajuste a valor presente	(1.227)	(952)	(1.227)	(952)
	42.678	39.316	43.295	40.698
Circulante	42.678	39.316	43.295	40.106
Não Circulante	-	-	-	592

O ajuste a valor presente é calculado para operações com vencimento médio de 90 dias sendo descontado na mesma taxa das operações. Foi utilizada a taxa média de desconto de 1,89% ao mês para o mercado interno e 1,09% para o mercado externo, que correspondem às taxas efetivas repassadas nas operações a prazo.

Movimentação da Provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2014	Adições	Baixas	31/12/2015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.471	1.991	(751)	5.711
_	4.471	1.991	(751)	5.711

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseia gerencialmente em títulos vencidos há mais de 90 dias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber de clientes--Continuação

Os valores a receber por vencimento estão detalhados abaixo:

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Duplicatas a vencer	42.201	37.505	42.818	38.887
Duplicatas vencidas				
De 1 a 30 dias	859	1.632	859	1.632
De 31 a 60 dias	588	411	588	411
De 61 a 90 dias	211	458	211	458
Acima de 90 dias	5.757	4.733	5.757	4.733
	49.616	44.739	50.233	46.121

8. Estoques

	Controladora		Consol	lidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
Produtos acabados	22.132	20.429	22.309	20.955	
Produtos em processamento	17.617	21.959	17.617	21.959	
Matérias primas	20.608	22.105	20.608	22.105	
Almoxarifado	4.040	4.853	4.040	4.853	
	64.397	69.346	64.574	69.872	
Provisão para perdas de estoque	(3.296)	(2.128)	(3.296)	(2.128)	
	61.101	67.218	61.278	67.744	

Determinados itens considerados obsoletos ou de baixa rotatividade foram objetos de constituição de provisão.

Movimentação da provisão para perda de estoque:

	Controladora e Consolidado				
	Saldo 31/12/2014	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2015	
Provisão para perda de estoque	2.128	3.030	(1.862)	3.296	
	2.128	3.030	(1.862)	3.296	

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o montante reconhecido como despesa foi de R\$ 1.168 (R\$ 780 em 2014).

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consol	idado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
IR/CS corrente	858	4.729	858	4.729
IR/CS parcelamento Paex	2.400	2.320	2.400	2.320
IR/CS diferença de depreciação fiscal e contábil (2010 a 2013)	2.044	3.705	2.044	3.705
ICMS	3.675	3.892	3.675	3.892
PIS	420	327	420	327
COFINS	1.952	1.504	1.952	1.504
INSS	42	13	42	13
Outros impostos	88	81	88	81
	11.479	16.571	11.479	16.571
Circulante	5.054	10.204	5.054	10.204
Não circulante	6.425	6.367	6.425	6.367

10. Outros ativos

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamento a despachantes aduaneiros	20	75	20	75
Despesas antecipadas	288	262	288	262
Crédito de ICMS negociado	-	217	-	217
Adiantamento à funcionários (i)	1.365	1.367	1.365	1.367
Venda de direito correção monetária - UP s	-	319	-	319
Cessão de crédito de energia (ii)	530	1.385	530	1.385
Outros	138	102	190	301
	2.341	3.727	2.393	3.926

⁽i) Refere-se basicamente a adiantamento de férias (R\$ 1.131 em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 1.182 em 31 de dezembro de 2014).

11. Investimentos (Controladora)

_	Controladora		Consol	idado
_	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Avaliados ao custo	93	92	227	175
Avaliados pela equivalência patrimonial	9.196	11.560		
_	9.289	11.652	227	175

⁽ii) Refere-se a contas a receber decorrente de cessão de excedente de energia elétrica.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimentos (Controladora)--Continuação

a) <u>Informações sobre o investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial</u>

O saldo referente ao investimento pelo método de equivalência patrimonial refere-se em sua totalidade a quotas de capital da controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda.

	31/12/2015	31/12/2014
Quotas possuídas-Domínio Imobiliária	7.958.846	10.626.795
Patrimônio Líquido	9.197	11.562
Lucro líquido do exercício	697	241
% de participação	99,98	99,98
Domínio Imobiliária	31/12/2015	31/12/2014
Ativo	10.706	12.951
Passivo	1.509	1.389
Patrimônio líquido	9.197	11.562
Receita líquida	4	4.340
Lucro líquido	697	241

b) Informações sobre o investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial – Controlada indireta

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. no exercício de 2011 constituiu participação de 51% da Caporena Comércio de Camisas Ltda., cujo objeto social principal é a compra, venda, comercialização, distribuição, importação e exportação de peças de vestuário e de acessórios de vestuário com marca própria. O Conselho de Administração da Companhia, depois de analisar a operação da referida sociedade sob os aspectos societário, estratégico e financeiro deliberou, por unanimidade, descontinuar a operação, em razão de: (i) dificuldades na obtenção de informações mercadológicas, de planejamento, estratégia de produto e vendas e outras gerenciais sobre o negócio; (ii) desalinhamento estratégico; (iii) ausência de plano de negócios; (iv) utilização do nome e credibilidade da Companhia no negócio, sem a obtenção de contrapartida satisfatória; e (v) vício formal de sua constituição. Atualmente estão sendo tomadas providências pela nova diretoria, atendendo determinação do Conselho de Administração, para encerramento da mesma nos órgãos federais, estaduais, municipais, previdenciários e junta comercial.

	31/12/2015
Quotas possuídas – Caporena	5.100
Patrimônio líquido	(2.335)
Prejuízo no período	(272)
% de participação	51

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimentos (Controladora)--Continuação

c) Movimentação dos investimentos

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	11.652	14.019
Resultado de equivalência patrimonial	697	241
Redução de capital	(3.061)	-
Dividendos pagos	-	(2.699)
Reversão imposto diferido sobre reserva de reavaliação reflexa	-	83
Integralização de capital por distribuição de Sobras	1_	8
Saldo final	9.289	11.652

12. Propriedade para investimentos

	Controladora					
•	31/12/2015	31/12/2014				
Imóveis (b)	600	600				
•	600	600				
	Consolida	ado				
	31/12/2015	31/12/2014				
Terrenos (a)	3.000	3.000				
Imóveis (b)	600	600				
_	3.600	3.600				

a) Refere-se a um terreno da controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda, localizado no bairro Menezes, que possui valor justo de R\$ 3.000.

A Companhia avaliou o valor justo do imóvel e dos terrenos e considera que os valores apresentados, ou seja, o valor contábil está próximo do valor justo e não há necessidade de atribuir novo valor de custo.

b) Refere-se a imóvel adquirido que teve sua propriedade consolidada em nome da Companhia, na forma do artigo 27, parágrafo 6º da Lei 9514/97 em 21 de junho de 2010, em decorrência do não cumprimento do contrato de confissão de dívida com alienação fiduciária do imóvel em referência, celebrado via escritura pública com o devedor da Companhia. O referido imóvel foi arrendado em 2010, a receita reconhecida no resultado no período findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 37 (R\$ 36 no período findo em 31 de dezembro de 2014). O seu valor justo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 826 (R\$ 800 em 31 de dezembro de 2014).

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado

	Controladora					
_			31/12/2015			31/12/2014
_		Depreciação			Depreciação	
	Custo	acumulada	Valor líquido	Custo	acumulada	Valor líquido
Terrenos	5.134	-	5.134	5.134	-	5.134
Edificações	38.030	(13.755)	24.275	34.603	(11.952)	22.651
Máquinas e equipamentos	170.670	(115.641)	55.029	167.398	(113.070)	54.328
Instalações	21.419	(8.244)	13.175	19.669	(7.633)	12.036
Móveis e utensílios	9.578	(7.223)	2.355	9.163	(6.604)	2.559
Veículos	3.774	(3.276)	498	3.734	(2.822)	912
Reflorestamento	23	(1)	22	-	-	-
Imobilizado em formação	4.129	-	4.129	10.016	-	10.016
_	252.757	(148.140)	104.617	249.717	(142.081)	107.636

	Consolidado					
·			31/12/2015			31/12/2014
		Depreciação			Depreciação	
	Custo	acumulada	Valor líquido	Custo	acumulada	Valor líquido
Terrenos	5.134	-	5.134	5.134	-	5.134
Edificações	38.378	(13.755)	24.623	34.603	(11.952)	22.651
Máquinas e equipamentos	170.670	(115.641)	55.029	167.398	(113.070)	54.328
Instalações	21.419	(8.244)	13.175	19.669	(7.633)	12.036
Móveis e utensílios	9.578	(7.223)	2.355	9.163	(6.604)	2.559
Veiculos	3.774	(3.276)	498	3.734	(2.822)	912
Reflorestamento	23	(1)	22	-	-	-
Imobilizado em formação	4.283	-	4.283	10.016	-	10.016
- -	253.259	(148.140)	105.119	249.717	(142.081)	107.636

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado--Continuação

Movimentação do ativo imobilizado conforme demonstrada nos quadros abaixo:

	Controladora					
	31/12/2014	Adições	Depreciação	Baixas	Transf.	31/12/2015
Terrenos	5.134	-	-	-	-	5.134
Edificações	22.651	-	(1.803)	-	3.427	24.275
Máquinas e equipamentos	54.328	115	(3.682)	(96)	4.364	55.029
Instalações	12.036	5	(612)	-	1.746	13.175
Móveis e utensílios	2.559	371	(647)	(19)	91	2.355
Veículos	912	-	(494)	-	80	498
Reflorestamento	-	-	(1)	-	23	22
Imobilizado em formação	10.016	3.847	-	(3)	(9.731)	4.129
	107.636	4.338	(7.239)	(118)	-	104.617

	Consolidado					
	31/12/2014	Adições	Depreciação	Baixas	Transf.	31/12/2015
Terrenos	5.134	-	-	-	-	5.134
Edificações	22.651	348	(1.803)	-	3.427	24.623
Máquinas e equipamentos	54.328	115	(3.682)	(96)	4.364	55.029
Instalações	12.036	5	(612)	-	1.746	13.175
Móveis e utensílios	2.559	371	(647)	(19)	91	2.355
Veículos	912	-	(494)	-	80	498
Reflorestamento	-	-	(1)	-	23	22
Imobilizado em formação	10.016	4.001	-	(3)	(9.731)	4.283
	107.636	4.840	(7.239)	(118)	-	105.119

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado--Continuação

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia, através de seu corpo técnico, avaliou a necessidade de impairment e revisou a vida útil remanescente do seu ativo imobilizado. Não foram identificadas evidências de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável, bem como necessidade de alteração do plano de depreciação.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui R\$ 1.395 de terrenos e R\$ 6.289 de imóveis dados em garantia a empréstimos.

14. Intangível

		(Controladora	e Consolidad	0	
		31/12/2015				31/12/2014
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Software	9.088	(7.765)	1.323	8.577	(7.188)	1.389
Intangível em formação	308	-	308	405	-	405
	9.396	(7.765)	1.631	8.982	(7.188)	1.794

Movimentação do ativo intangível conforme demonstrada nos quadros abaixo:

	Controladora e Consolidado						
	Taxa de amortização						
	(%)	31/12/2014	Adições	Amortização	Baixas	Transf.	31/12/2015
Software	20	1.389	123	(577)	(2)	390	1.323
Intangível em formação		405	367	-	(74)	(390)	308
		1.794	490	(577)	(76)	-	1.631

O intangível da Companhia está composto de softwares e dos gastos necessários à sua implantação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Fornecedores

	Control	adora	Consolidado		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
Mercado interno	4.848	4.513	4.869	4.513	
Mercado externo	-	13	-	13	
	4.848	4.526	4.869	4.526	
Ajuste a valor presente	(55)	(42)	(55)	(42)	
	4.793	4.484	4.814	4.484	

A Companhia opera com prazo médio de pagamento junto a seus fornecedores de aproximadamente 20 dias.

O ajuste a valor presente é calculado para operações com vencimento médio de 20 dias sendo descontado à taxa de 1,29% ao mês, que corresponde à taxa efetiva repassada nas operações a prazo.

16. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

a) Composição dos tributos diferidos

	Controladora		Conso	idado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
Ativos fiscais diferidos					
Provisão para contingências	445	894	445	894	
Provisão para perdas ativos	2.711	2.066	2.711	2.066	
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa CSLL	1.404	28	1.404	28	
Outras	1.852	1.941	1.852	1.941	
	6.412	4.929	6.412	4.929	
Passivos fiscais diferidos					
Avaliação valor justo	5.498	5.947	5.498	5.947	
Custo atribuido - outros	5.787	6.069	5.797	6.069	
Diferença de depreciação fiscal – contábil (i)	8.415	8.887	8.415	8.887	
	19.700	20.903	19.710	20.903	
Efeito líquido	13.288	15.974	13.298	15.974	

⁽i) Refere-se a IRPJ e CSLL diferidos sobre a diferença entre os encargos de depreciação calculados com base nas taxas previstas em atos normativos da Receita Federal do Brasil (RFB) e aqueles apurados no resultado contábil.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Composição dos tributos diferidos--Continuação

A Administração em conformidade com a Instrução CVM 371/2002, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os tributos diferidos registrados serão integralmente realizados em até três exercícios. A expectativa da Administração para realização dos créditos tributários está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
2015	-	3.698	-	3.698	
2016	2.253	286	2.253	286	
2017	2.643	143	2.643	143	
2018	976	802	976	802	
2019	540	-	540	-	
	6.412	4.929	6.412	4.929	

b) Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(7.845)	13.972	(7.246)	14.470
Imposto de renda e contribuição social apurados com base nas alíquotas nominais – 34%	2.667	(4.637)	2.464	(4.806)
Equivalência Patrimonial Incentivo Cultural Juros sobre capital próprio	237 - -	82 38 1.908	-	45 1.908
Doações Instituto Francisca de Souza Peixoto Reversão de juros e multa parcelamento Leis	(141)	(118)	(141)	(113)
11.941/2009, 12.865/2013 e 12.996/2014	-	362	-	362
Outros	(120)	32	(140)	(128)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício - corrente Imposto de renda e contribuição social no resultado do	562	174	112	(226)
exercício-diferido	2.081	(2.620)	2.071	(2.620)
Alíquota efetiva (%)	33,69%	17,94%	30,13%	20,13%

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

16. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social--Continuação

No dia 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973 (conversão da MP 627/2013) que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº1.598/77 que trata do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; (ii) estabelece ajustes às bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, do PIS e da COFINS, por força de modificação ou da adoção de novos métodos e critérios contábeis estabelecidos pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09.

Com a nova lei, a legislação tributária estará alinhada à legislação societária e às normas contábeis internacionais, eliminando o conceito da dupla contabilidade. É opção da Companhia a adoção dos efeitos instituídos pela lei em 2014, sendo obrigatória sua adoção a partir de 2015.

A Companhia não efetuou a opção antecipada para 2014 adotando os novos critérios a partir de 2015 e considera que os ajustes não serão relevantes em suas Demonstrações Contábeis.

17. Empréstimos e financiamentos

	Controladora e Consolidado					
	Moeda	Taxa de juros a.a	Venc.	31/12/2015	31/12/2014	
FINIMP	EUR	Euribor (Sem) com juros de até 3,45%	2016	358	2.544	
FINIMP	USD	Libor (Sem) com juros de até 3,05%	2016	1.472	2.505	
Pré pagamento	USD	Libor (Trim e Sem) com juros de até 5,1%	2016	6.311	15.332	
NCE	USD	4,6% a 5,23%	2019	31.747	17.875	
CCE/NCE	R\$	CDI + juros de 2% a 3,5%	2019	33.314	25.993	
FGPP	R\$	10,5%	2016	1.949	11.642	
BNDES EXIM	R\$	8%	2015	-	2.509	
BNDES REVITALIZA	R\$	7% (bônus de adimplência de 20% s/ juros)	2016	250	1.251	
BNDES FINAME	R\$	Juros de até 6%	2021	3.420	2.662	
				78.821	82.313	
Circulante				37.337	40.294	
Não circulante				41.484	42.019	

A Companhia possui quatro contratos de empréstimo com cláusula restritiva, os quais foram cumpridos ou formalizados perdão por instituições financeiras no exercício de 2015, não sendo executada nenhuma sanção.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora e C	Controladora e Consolidado			
	31/12/2015	31/12/2014			
2016	-	18.621			
2017	25.241	12.902			
2018	10.982	6.634			
2019	4.295	3.091			
2020	488	387			
2021	478	384			
	41.484	42.019			

Em garantia aos empréstimos e financiamentos foram oferecidos os seguintes ativos:

	31/12/2015	31/12/2014
Hipoteca de Imóveis	29.069	36.337
Duplicatas a receber de clientes caucionadas	24.351	23.459
Estoques	10.916	14.540
Imobilizado	3.929	3.684
Aplicação Financeira	2.232	-
Aval de membros da administração	-	31
	70.497	78.051

A movimentação dos empréstimos está demonstrada abaixo:

	Controladora e Consolidado						
	31/12/2014	Adições	Pagamento de Principal	Despesa de juros	Pagamento de juros	Variação cambial	31/12/2015
FINIMP	2.544	-	(2.548)	62	(80)	380	358
FINIMP	2.505	-	(1.948)	98	(117)	934	1.472
Pré pagamento	15.332	-	(12.660)	516	(674)	3.797	6.311
NCE	17.875	7.000	(3.369)	1.287	(1.338)	10.292	31.747
CCE/NCE	25.993	14.000	(7.536)	4.156	(3.299)	-	33.314
FGPP	11.642	6.950	(16.615)	634	(662)	-	1.949
BNDES EXIM	2.509	-	(2.500)	73	(82)	-	-
BNDES REVITALIZA	1.251	-	(999)	41	(43)	-	250
BNDES FINAME	2.662	807	(53)	128	(124)	<u> </u>	3.420
	82.313	28.757	(48.228)	6.995	(6.419)	15.403	78.821

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e sua controlada, acionistas e empresas que possuem relacionamentos com os membros da administração.

			Controladora		Consolidado	
		Moeda	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo						
Circulante						
Catextil Comercio e Representações Texteis Ltda	(a)	Real	184	445	184	445
Bip Comércio de Tecidos Acess. Vestuário e Conf.	(a)	Real	94	146	94	146
Peixoto de Mattos Comércio de Texteis	(a)	Real	453	-	453	-
Caporena Comércio de Camisas Ltda	(a)	Real	172	172	-	-
'	,		903	763	731	591
Não circulante						
Dominio Imobiliária Empreendimentos e Part. Ltda	(d)	Real	262	266	-	-
· ·	. ,		262	266		-
Passivo						
Circulante						
Acionistas controladores	(c)	Real	-	47	-	47
Beca Representações Comerciais	(a)	Real	28	26	28	26
Catriz Agroindustrial Ltda	(a)	Real	34	36	34	36
Energisa S/A	(b)	Real	981	813	981	813
Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S.A.	(b)	Real	412	474	412	474
Zoom Consultoria & Negócios Ltda	(a)	Real	27	16	27	16
			1.482	1.412	1.482	1.412

			Controladora		Consolidado	
		Moeda	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Resultado operacional						
Beca Representações Comerciais	(a)	Real	(278)	(387)	(278)	(387)
Bip Comércio de Tecidos Acess. Vestuário e Conf.	(a)	Real	597	575	597	575
Brim Jeans Com. Import. Têxteis Ltda	(a)	Real	1	8	1	8
Catextil Comercio e Representações Texteis Ltda	(a)	Real	773	2.017	773	2.017
Peixoto de Mattos Comércio de Texteis	(a)	Real	1.778	-	1.778	-
Catriz Agroindustrial Ltda	(a)	Real	(334)	(359)	(334)	(359)
Energisa S/A	(b)	Real	(12.692)	(10.019)	(12.692)	(10.019)
Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S.A.	(b)	Real	(3.668)	(5.944)	(3.668)	(5.944)
Ferreira Cardoso Vasconcelos Teodoro Advogados	(e)	Real	(23)	(47)	(23)	(47)
Zoom Consultoria & Negócios Ltda	(a)	Real	(222)	(222)	(222)	(222)

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Partes relacionadas--Continuação

- (a) Refere-se a operações de venda de mercadorias conforme estabelecido em tabela de preço, e contrato de representação comercial ao percentual de 3% nas vendas para atacadista, 3,5% para confeccionista, 2% para clientes "decisão", considerados lojistas, detentores de marcas e grifes que realizam negócios com a Companhia, e se utilizam de serviços de terceiros para facção de seus produtos, 1,5% para clientes "compra", considerados aqueles que prestam serviço de facção aos clientes decisão e contra os quais são faturadas as mercadorias definidas por estes últimos nas vendas conjugadas e 6% para a 1ª e 2ª venda a novos clientes;
- (b) Refere-se à compra de energia elétrica, suportado por contrato;
- (c) Créditos retidos de acionistas para amortização de pagamento de seguro saúde efetuados pela Companhia;
- (d) Refere-se a mútuo a controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. com a taxa de 1% ao mês;
- (e) Refere-se a valores referentes a acompanhamento de processo e serviços eventuais de consultoria tributária;

Remuneração dos administradores

Foram fixados pela AGO/E realizada em 28 de abril de 2015, a remuneração anual e global dos administradores da Companhia a vigorar de maio de 2015 a abril de 2016 em até R\$5.000 (em até R\$6.500 no período de maio de 2014 a abril de 2015).

Órgão	Nº de Membros	Honorários	Remuneração Variável	Previdência Privada	Assist. Médica
			o e controladora em :	31/12/2014	
Conselho de Administração	5	548	-	-	-
Conselho Fiscal	5	268	-	-	-
Diretoria	3	1.633	483	180	123
	13	2.449	483	180	123
		Consolidad	o e controladora em :	31/12/2015	
Conselho de Administração	5	588	-	-	•
Conselho Fiscal	5	285	-	-	-
Diretoria	3	1.657	27	103	104
	13	2.530	27	103	104

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
IRPJ/CSLL	_	-	22	66	
Contrib. Previd. s/ receita	235	74	235	74	
ICMS	44	76	44	76	
PIS	48	51	48	51	
COFINS	221	236	221	236	
CIDE s/remessas externas	261	-	261	-	
Outros tributos a recolher	30	30	33	30	
Parcelamentos					
IRPJ/CSLL	490	426	490	426	
PIS	19	67	19	67	
INSS (i)	2.675	2.583	2.675	2.583	
Outros	226	217	226	217	
_	4.249	3.760	4.274	3.826	
Circulante	1.093	696	1.118	762	
Não circulante	3.156	3.064	3.156	3.064	

⁽i) Parcelamento com base na Lei 12.865/13 e Lei 12.996/14, referente Auto de Infração INSS que discutia sobre a irregularidade na apuração e recolhimento das verbas previdenciárias sobre assistência médica, seguro de vida, cartão de crédito corporativo e vínculo empregatício e glosa de compensação de dezembro/2002 a fevereiro/2003 de contribuição previdenciária sobre a remuneração paga aos segurados prestadores de serviço.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2015	31/12/2014		
2016	-	229		
2017	258	229		
2018	258	229		
2019	258	229		
2020 e demais anos	2.382	2.148		
	3.156	3.064		

20. Provisões diversas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Provisões com pessoal	3.258	3.470	3.258	3.470
Provisão prêmio aposentadoria	2.632	2.932	2.632	2.932
Comissões a agentes mercado externo	647	723	647	723
Comissões a representantes mercado interno	517	1.145	517	1.145
	7.054	8.270	7.054	8.270
Circulante Não Circulante	4.431 2.623	5.338 2.932	4.431 2.623	5.338 2.932

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisões diversas -- Continuação

a) Benefícios pós-emprego

A avaliação atuarial referente à mensuração do compromisso atribuído à Companhia Industrial Cataguases, está relacionado a provisão para prêmio aposentadoria, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 33 R1, aprovado pela Deliberação CVM 695/2012, que trata da contabilização de Benefícios a Empregados.

A Companhia Industrial Cataguases, firmou Acordo Coletivo de Trabalho que estabelece na cláusula 10ª o pagamento de um abono de Aposentadoria nas seguintes condições:

Será concedido, exclusivamente ao empregado que vier a se desligar das empresas, por motivo de aposentadoria, seja especial, seja por tempo de serviço um prêmio equivalente ao valor de seu salário nominal multiplicado pelo coeficiente correspondente ao número de anos trabalhados.

O prêmio definido será equivalente a 10 (dez) salários nominais quando o empregado contar com o tempo ininterrupto de serviço prestado às mesmas empresas equivalente a: 25 (vinte e cinco) anos, em caso de aposentadoria especial; 30 (trinta) anos, em caso de empregada, com aposentadoria por tempo de serviço e c) (trinta e cinco) anos, em caso de empregado com aposentadoria por tempo de serviço.

Composição e movimentação dos saldos do plano de benefício definido:

Conciliação da obrigação de benefício definido	31/12/2015	31/12/2014
Obrigação de Benefício Definido no início do ano	2.932	2.735
Custo do serviço corrente (parte patronal)	113	98
Custo dos juros	260	247
Benefícios pagos	(302)	(656)
(Ganho) / perda atuarial - remensurações devido a	(371)	508
Mudanças de premissas financeiras	(345)	27
Ajustes de experiência	(26)	481
Obrigação de Benefício Definido no final do ano	2.632	2.932
Montantes reconhecidos na demonstração de resultados	31/12/2015	31/12/2014
Custo do serviço corrente (parte patronal)	113	98
Custo líquido dos juros	260	247
Custo do benefício pós-emprego no período	373	345
Montantes reconhecidos no balanço	31/12/2015	31/12/2014
Valor presente das obrigações não fundeadas	(2.632)	(2.932)
(Passivo) / Ativo líquido inicial	(2.632)	(2.932)
(Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	(2.632)	(2.932)

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisões diversas – Continuação

Premissas adotadas (final do ano)	31/12/2015	31/12/2014
Taxa de desconto (nominal)	12,85%	11,48%
Retorno esperado dos ativos do plano	12,85%	11,48%
Taxa nominal de crescimento salarial futuro	5,53%	5,53%
Inflação Projetada	5,00%	5,00%
Idade média prevista na aposentadoria	48 F / 53 M	48 F / 53 M
Base de dados utilizada na mensuração do passivo de fim de ano	31/12/2015	31/12/2014
Data efetiva	31 dez 15	31 dez 14
Número total de participantes	1.335	1.425
Período de amortização	31/12/2015	31/12/2014
Média esperada de vida de trabalho restante	15,40	15,74
Informação Adicional	31/12/2015	31/12/2014
Ganho / (Perda) atuarial total	371	(508)
Ganho / (perda) atuarial - mudança de premissas financeiras	345	(27)
Ganho / (Perda) atuarial - ajuste de experiência	26	(481)
0		04/40/0044
Outras premissas atuariais materiais (Descrição):	31/12/2015	31/12/2014
Outras premissas atuariais materiais (Descrição): Rotatividade anual projetada dos empregados	31/12/2015 12,78%	31/12/2014 10,29%
Rotatividade anual projetada dos empregados	12,78%	10,29%
Rotatividade anual projetada dos empregados Tábua de Mortalidade	12,78% AT-2000	10,29% AT-2000
Rotatividade anual projetada dos empregados Tábua de Mortalidade	12,78% AT-2000 Álvaro Vindas -	10,29% AT-2000
Rotatividade anual projetada dos empregados Tábua de Mortalidade Tábua Entrada em Invalidez	12,78% AT-2000 Álvaro Vindas - 50%	10,29% AT-2000 Álvaro Vindas -50%
Rotatividade anual projetada dos empregados Tábua de Mortalidade Tábua Entrada em Invalidez Projeção do fluxo de caixa	12,78% AT-2000 Álvaro Vindas - 50% 31/12/2015	10,29% AT-2000 Álvaro Vindas -50% 31/12/2014
Rotatividade anual projetada dos empregados Tábua de Mortalidade Tábua Entrada em Invalidez Projeção do fluxo de caixa Pagamentos de benefícios esperados	12,78% AT-2000 Álvaro Vindas - 50% 31/12/2015 1.369	10,29% AT-2000 Álvaro Vindas -50% 31/12/2014 1.332
Rotatividade anual projetada dos empregados Tábua de Mortalidade Tábua Entrada em Invalidez Projeção do fluxo de caixa Pagamentos de benefícios esperados Contribuições esperadas do empregador	12,78% AT-2000 Álvaro Vindas - 50% 31/12/2015 1.369 1.369	10,29% AT-2000 Álvaro Vindas -50% 31/12/2014 1.332 1.332
Rotatividade anual projetada dos empregados Tábua de Mortalidade Tábua Entrada em Invalidez Projeção do fluxo de caixa Pagamentos de benefícios esperados Contribuições esperadas do empregador Conciliação da obrigação de benefício definido - Segregado	12,78% AT-2000 Álvaro Vindas - 50% 31/12/2015 1.369 1.369 31/12/2015 2.932 113	10,29% AT-2000 Álvaro Vindas -50% 31/12/2014 1.332 1.332 31/12/2014
Rotatividade anual projetada dos empregados Tábua de Mortalidade Tábua Entrada em Invalidez Projeção do fluxo de caixa Pagamentos de benefícios esperados Contribuições esperadas do empregador Conciliação da obrigação de benefício definido - Segregado Obrigação de Benefício Definido no início do ano Custo do serviço corrente (parte patronal) Custo dos juros	12,78% AT-2000 Álvaro Vindas - 50% 31/12/2015 1.369 1.369 31/12/2015 2.932 113 260	10,29% AT-2000 Álvaro Vindas -50% 31/12/2014 1.332 1.332 31/12/2014 2.735 98 247
Rotatividade anual projetada dos empregados Tábua de Mortalidade Tábua Entrada em Invalidez Projeção do fluxo de caixa Pagamentos de benefícios esperados Contribuições esperadas do empregador Conciliação da obrigação de benefício definido - Segregado Obrigação de Benefício Definido no início do ano Custo do serviço corrente (parte patronal) Custo dos juros Benefícos pagos	12,78% AT-2000 Álvaro Vindas - 50% 31/12/2015 1.369 31/12/2015 2.932 113 260 (302)	10,29% AT-2000 Álvaro Vindas -50% 31/12/2014 1.332 1.332 31/12/2014 2.735 98 247 (656)
Rotatividade anual projetada dos empregados Tábua de Mortalidade Tábua Entrada em Invalidez Projeção do fluxo de caixa Pagamentos de benefícios esperados Contribuições esperadas do empregador Conciliação da obrigação de benefício definido - Segregado Obrigação de Benefício Definido no início do ano Custo do serviço corrente (parte patronal) Custo dos juros Benefícos pagos (Ganho) / perda atuarial	12,78% AT-2000 ÁIvaro Vindas - 50% 31/12/2015 1.369 1.369 31/12/2015 2.932 113 260 (302) (371)	10,29% AT-2000 Álvaro Vindas -50% 31/12/2014 1.332 1.332 31/12/2014 2.735 98 247 (656) 508
Rotatividade anual projetada dos empregados Tábua de Mortalidade Tábua Entrada em Invalidez Projeção do fluxo de caixa Pagamentos de benefícios esperados Contribuições esperadas do empregador Conciliação da obrigação de benefício definido - Segregado Obrigação de Benefício Definido no início do ano Custo do serviço corrente (parte patronal) Custo dos juros Benefícos pagos (Ganho) / perda atuarial 6.a. Ganho / (perda) atuarial - mudança de premissas	12,78% AT-2000 ÁIvaro Vindas - 50% 31/12/2015 1.369 1.369 31/12/2015 2.932 113 260 (302) (371) (345)	10,29% AT-2000 Álvaro Vindas -50% 31/12/2014 1.332 1.332 31/12/2014 2.735 98 247 (656) 508 27
Rotatividade anual projetada dos empregados Tábua de Mortalidade Tábua Entrada em Invalidez Projeção do fluxo de caixa Pagamentos de benefícios esperados Contribuições esperadas do empregador Conciliação da obrigação de benefício definido - Segregado Obrigação de Benefício Definido no início do ano Custo do serviço corrente (parte patronal) Custo dos juros Benefícos pagos (Ganho) / perda atuarial	12,78% AT-2000 ÁIvaro Vindas - 50% 31/12/2015 1.369 1.369 31/12/2015 2.932 113 260 (302) (371)	10,29% AT-2000 Álvaro Vindas -50% 31/12/2014 1.332 1.332 31/12/2014 2.735 98 247 (656) 508

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisões para riscos

	Controladora e Consolidado					
	31/12/2014	Adição	Baixa	Atualização	31/12/2015	
Trabalhista	2.611	1.064	(2.384)	-	1.291	
Tributária	18	123	-	145	286	
Cível	7.129	-	-	485	7.614	
Outras	2.254				2.254	
	12.012	1.187	(2.384)	630	11.445	
Depósitos judiciais	(2.556)	(1.112)	1.257	(1)	(2.412)	

A Companhia e sua controlada são parte (polo passivo) em ações judiciais perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Considerando o prognóstico dos processos judiciais em andamento classificados em perda provável, possível ou remota, realizado pelos nossos assessores legais, registramos a provisão para perdas prováveis. Portanto, uma contingência é reconhecida em nosso Balanço quando: (a) a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação possa ser estimado com suficiente segurança. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas de risco exigidas e analisadas caso a caso, de acordo com consultas realizadas junto aos nossos assessores legais e consultores jurídicos internos. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante aproximado de R\$ 9.262 (R\$ 9.254 em 31 de dezembro de 2014), referentes a causas de natureza cível, tributária e trabalhista que não estão provisionados.

Do montante de riscos destacamos os principais processos:

a) Trabalhista

Refere-se à revisão do risco de perda pelo advogado responsável pelas reclamações trabalhistas da Companhia cujo objeto refere-se a intervalo intrajornada, adicional de insalubridade, dentre outros.

b) Cível

Refere-se basicamente a discussão contratual de reajuste de preço de energia elétrica. Em fevereiro de 2006, a Companhia ingressou com uma ação ordinária de revisão contratual em face de um de seus fornecedores de energia elétrica. O objeto dessa ação judicial é discutir o reajuste dos valores contratados. Em 31 de dezembro de 2015, o valor atualizado da lide é de R\$ 14.971 dos quais, segundo a avaliação da Administração da Companhia, R\$ 7.614 é de provável perda e R\$ 7.357 de possível perda (R\$ 7.129 provável perda e R\$ 7.842 a possível perda em 31 de dezembro de 2014).

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisões para riscos -- Continuação

c) Outras

Ação rescisória nº 2306, ajuizada perante o STF, com intuito de desconstituição parcial da coisa julgada e com nova apreciação única e exclusivamente da questão relacionada aos honorários de sucumbência arbitrados de forma irrazoável no valor de R\$ 2.254, devido a uma ação ordinária (24.97.108265-6 – 3ª Vara da Fazenda Estadual de BH) onde se buscava originariamente o reconhecimento de crédito de ICMS, não sendo a Companhia devedora do Estado de qualquer valor referente ao tributo.

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 145.307 ações sendo 144.198 ações ordinárias e 1.109 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, no montante total de R\$ 73.289 em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014. As ações preferenciais não tem direito a voto, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital em caso de amortização de ações e na liquidação da Companhia, bem como terão dividendos mínimos de 12% sobre o capital social ou 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias, dos dois o maior.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui os ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data da transição e as reavaliações de bens do ativo imobilizado em 2006, da controladora e controlada, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondentes estão classificados no passivo não circulante.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da realização dos ativos a que se referem.

c) Reserva legal

Constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto, à razão de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Receita líquida

Seguem abaixo abertura da receita operacional bruta e conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Vendas de produtos	226.114	246.381	226.118	250.885
Impostos sobre vendas	(37.141)	(42.180)	(37.141)	(42.344)
Subvenções governamentais-ICMS	7.115	8.243	7.115	8.243
Devoluções e abatimentos	(9.789)	(13.370)	(9.789)	(13.370)
Ajuste a valor presente clientes	(8.894)	(9.540)	(8.894)	(9.540)
Receita líquida	177.405	189.534	177.409	193.874

24. Custos e despesas operacionais

	Controladora		Cons	olidado
-	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
		Reclassificado		Reclassificado
Pessoal, administradores e entidade de previdência privada	(49.695)	(39.938)	(49.695)	(39.938)
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos	(96.995)	(106.406)	(96.995)	(110.533)
Comissões sobre venda	(5.282)	(7.687)	(5.282)	(7.687)
Fretes de vendas	(3.685)	(3.745)	(3.685)	(3.745)
Depreciações e amortizações	(7.816)	(7.636)	(7.816)	(7.642)
Custo da revenda de algodão	(4.302)	-	(4.302)	-
Outros	(12.268)	(15.021)	(12.331)	(15.112)
Total das despesas	(180.043)	(180.433)	(180.106)	(184.657)

Contro	ladora	Consolidado		
31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
(143.147)	(143.719)	(143.147)	(147.846)	
(25.202)	(24.160)	(25.202)	(24.160)	
(11.694)	(12.554)	(11.757)	(12.651)	
(180.043)	(180.433)	(180.106)	(184.657)	
	31/12/2015 (143.147) (25.202) (11.694)	(143.147) (143.719) (25.202) (24.160) (11.694) (12.554)	31/12/2015 31/12/2014 31/12/2015 (143.147) (143.719) (143.147) (25.202) (24.160) (25.202) (11.694) (12.554) (11.757)	

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Outras receitas / (despesas)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
		Reclassificado		Reclassificado
Outras receitas				
Crédito de Pis e Cofins s/estorno receita ajuste AVP	-	660	-	660
Crédito de Pis e Cofins s/material de uso ou consumo	578	954	578	954
Alienação de ativos não operacionais	-	2.500	-	2.500
Reversão provisão previdenciária	79	751	79	751
Cessão de crédito de energia	1.751	2.344	1.751	2.344
Crédito extemporâneo de ICMS	1.164	-	1.164	-
Aluguel	309	256	309	256
Reversão provisão de risco em ações trabalhistas	-	277	-	277
Ressarcimento ref. a recursos trabalhistas	103	28	103	28
Reembolso previdência privada s/rescisão	31	-	31	-
Outras receitas	96	231	96	231
	4.111	8.001	4.111	8.001
Outras despesas				
Provisão de risco em ações trabalhistas	(1.064)	(1.484)	(1.064)	(1.484)
Provisão participação empregados nos lucros	(394)	(1.350)	(394)	(1.350)
Provisão participação administradores nos lucros	(27)	(483)	(27)	(483)
Pis e Cofins s/ cessão de crédito de energia	(531)	(489)	(531)	(489)
Pis e Cofins s/ receitas financeiras	(42)	-	(42)	-
Pis e Cofins s/ outras receitas	(89)	(32)	(89)	(32)
Pis/Cofins/Cide s/remessas externas	(294)	-	(294)	-
Provisão para prêmio aposentadoria	(452)	(362)	(452)	(362)
Contribuição Fundo Algominas	(101)	(124)	(101)	(124)
Provisão para perda de estoque	(1.168)	(779)	(1.168)	(779)
ICMS s/ outras saídas	(126)	(78)	(126)	(78)
Multa CLT	-	(181)	-	(181)
Provisão de risco em ações tributárias	(123)	-	(123)	-
Provisão para perda de ativo - Terreno (Domínio)	-	-	-	(442)
Outras despesas	(206)	(326)	(335)	(185)
	(4.617)	(5.688)	(4.746)	(5.989)
Total Outras receitas/(despesas)	(506)	2.313	(635)	2.012

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Resultado financeiro

	Contro	ndora Consolid		lidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras				
Juros com aplicações financeiras	2.753	2.316	3.592	3.047
Ganhos com variações cambiais	15.289	8.583	15.289	8.583
Reversão do ajuste a valor presente clientes	8.617	9.818	8.617	9.818
Outras receitas financeiras	1.717	3.148	2.363	3.342
	28.376	23.865	29.861	24.790
Despesas financeiras				
Juros com empréstimos e financiamentos	(6.995)	(5.790)	(6.995)	(5.790)
Perdas com variações cambiais	(24.135)	(11.705)	(24.135)	(11.705)
Reversão do ajuste a valor presente fornecedores	(1.225)	(2.089)	(1.225)	(2.089)
Outras despesas financeiras	(1.419)	(1.964)	(1.420)	(1.965)
	(33.774)	(21.548)	(33.775)	(21.549)
Resultado financeiro liquido	(5.398)	2.317	(3.914)	3.241

27. Instrumentos financeiros

		Instrumentos fina	nceiros clas	sificados por	categoria	
			Controlad	lora		
_		31/12/2015			31/12/2014	
Ativo	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Caixa e equivalente caixa	25.017	-	25.017	28.130	-	28.130
Títulos e valores mobiliários	7.261	-	7.261	10.792	-	10.792
Contas a receber e outros recebíveis	-	42.678	42.678	-	39.316	39.316
Depósitos judiciais	-	2.412	2.412		2.556	2.556
	32.278	45.090	77.368	38.922	41.872	80.794
Passivo	Valor justo através do resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Total
Empréstimos e financiamentos	-	78.821	78.821	-	82.313	82.313
Fornecedores	-	4.793	4.793		4.484	4.484

83.614

83.614

86.797

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

			Consolida	ado		
_		31/12/2015			31/12/2014	
Ativo	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Caixa e equivalente caixa	30.052	-	30.052	35.014	=	35.014
Títulos e valores mobiliários	7.261	-	7.261	10.792	-	10.792
Contas a receber e outros recebíveis	-	43.295	43.295	-	40.698	40.698
Depósitos judiciais	-	2.412	2.412		2.556	2.556
	37.313	45.707	83.020	45.806	43.254	89.060
Passivo	Valor justo através do resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Total
Empréstimos e financiamentos	-	78.821	78.821	-	82.313	82.313
Fornecedores	-	4.814	4.814		4.484	4.484
_	-	83.635	83.635		86.797	86.797

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

Não houve reclassificações entre categorias dos instrumentos financeiros durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014. As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Exposição a riscos cambiais

Existem valores a receber e a pagar denominados em dólares norte-americanos e euros, portanto, expostos a riscos relacionados à variação do câmbio. Os principais ativos e passivos sujeitos aos riscos cambiais estão abaixo discriminados e não temos diferenças entre os valores justos e os contábeis.

Contas a receber – a Companhia possui saldo de contas a receber em moeda estrangeira referente às vendas aos países em que atua. Em 31 de dezembro de 2015 monta R\$7.638, equivalente a 571 mil euros e 1.335 mil dólares norte-americanos (R\$7.073 em 31 de dezembro de 2014, equivalente a 736 mil euros e 1.769 mil dólares norte-americanos).

Empréstimos e financiamentos – conforme demonstrado na nota explicativa nº 17, estão acrescidos dos encargos pactuados até as datas dos balanços, totalizando um saldo de passivo no montante de R\$ 39.888 em 31 de dezembro de 2015, equivalente a 84 mil euros e 10.123 mil dólares-americanos (R\$38.256 em dezembro de 2014, equivalente a 788 mil euros e 13.445 mil dólares-americanos). Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia não comprou dólares no mercado futuro.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia e sua controlada estão expostas a taxas de juros flutuantes substancialmente atrelados às variações do CDI nas aplicações financeiras contratadas em reais e dos juros sobre empréstimos em moeda estrangeira expostos às variações das taxas Libor e Euribor.

c) Concentração de risco de crédito

A Companhia e sua controlada estão expostas a possíveis perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada definiram em sua política de gestão de riscos parâmetros para análise das situações financeiras e patrimonial de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a qual opera, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldo de bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Instrumentos financeiros

A contratação de instrumento financeiro tem o objetivo de proteção das operações comerciais no mercado externo, assegurando o percentual máximo de 90% (noventa por cento) para a cobertura do limite de crédito aprovado e 90% (noventa por cento) para riscos políticos de certos países importadores de produtos da Companhia.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação de "commodities", taxas de câmbio, taxas de juros, índices de preços e outras variáveis. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis são apresentadas a seguir:

i) Seleção de riscos

A Companhia selecionou dois riscos de mercado que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos, como: (1) a taxa de câmbio dólar norteamericano-real; (2) a taxa do CDI.

ii) Seleção dos cenários

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia incluiu na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável, um possível e um remoto, que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Companhia considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros. Não foi considerado o impacto global nas operações da Companhia. Dado que a Companhia administra sua exposição cambial em base líquida, efeitos adversos verificados com uma alta do dólar norte-americano contra o real podem ser compensados ou ampliados por efeitos opostos nos resultados operacionais da Companhia. O cenário provável considera altas de 10% da cotação do dólar norte-americano-real / Euro-real.

Os cenários possíveis e remotos consideram altas de 25% e 50%, respectivamente, da cotação do dólar norte-americano-real e Euro-real em relação às cotações de fechamento em 31 de dezembro de 2015.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

- d) <u>Instrumentos financeiros</u>--Continuação
 - ii) Seleção dos cenários--Continuação

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2015 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 13,23% a.a., dólar a 3,9048 e euro 4,2504) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

		Controladora				
Instrumentos	Exposição em R\$ mil	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)	
Instrumentos financeiros expostos ao Câmbio						
Contas a receber mercado externo	2.425	Alta Euro	2.668	3.031	3.638	
Contas a receber mercado externo	5.213	Alta Dólar	5.734	6.516	7.820	
Empréstimos e financiamentos	(358)	Alta Euro	(394)	(448)	(537)	
Empréstimos e financiamentos	(39.530)	Alta Dólar	(43.483)	(49.412)	(59.296)	
Subtotal	(32.250)	·	(35.475)	(40.313)	(48.375)	
Instrumentos financeiros expostos a Juros						
Aplicações financeiras no mercado aberto	13.065	Alta CDI	14.372	16.331	19.598	
Empréstimos e financiamentos	(38.933)	Alta CDI	(42.827)	(48.666)	(58.400)	
Subtotal	(25.868)	· =	(28.455)	(32.335)	(38.802)	
Total	(58.118)	·	(63.930)	(72.648)	(87.177)	
Efeito no resultado	·	·	(5.812)	(14.530)	(29.059)	

	Consolidado					
Instrumentos	Exposição em R\$ mil	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)	
Instrumentos financeiros expostos ao Câmbio						
Contas a receber mercado externo	2.425	Alta Euro	2.668	3.031	3.638	
Contas a receber mercado externo	5.213	Alta Dólar	5.734	6.516	7.820	
Empréstimos e financiamentos	(358)	Alta Euro	(394)	(448)	(537)	
Empréstimos e financiamentos	(39.530)	Alta Dólar	(43.483)	(49.412)	(59.296)	
Subtotal	(32.250)	_	(35.475)	(40.313)	(48.375)	
Instrumentos financeiros expostos a Juros			•	, ,	, ,	
Aplicações financeiras no mercado aberto	18.072	Alta CDI	19.879	22.590	27.108	
Empréstimos e financiamentos	(38.933)	Alta CDI	(42.826)	(48.666)	(58.400)	
Subtotal	(20.861)	_	(22.947)	(26.076)	(31.292)	
Total	(53.111)	_	(58.422)	(66.389)	(79.667)	
Efeito no resultado		=	(5.311)	(13.278)	(26.556)	

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

- d) <u>Instrumentos financeiros</u>--Continuação
 - ii) Seleção dos cenários--Continuação

Mensuração do valor justo

O IFRS 7 define valor justo como preço de troca que seria recebido por um ativo ou o preço para transferir um passivo (preço de saída) no principal mercado, ou mercado mais vantajoso para ativo ou passivo, numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para a mensuração do valor justo. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia mantinha certos ativos cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Estes ativos incluem investimentos em títulos privados e públicos. Os ativos da Companhia mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos a divulgação conforme os requerimentos do IFRS 7 em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são os seguintes:

<u>-</u> -	Mensuração a valor justo - Controladora						
		Preço cotado em mercado ativos para ativos identicos	Preço cotado em mercado não ativos para ativos similares	Registros não observaveis			
	31/12/2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3			
ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	25.017	-	25.017				
Títulos e valores mobiliários	7.261	-	7.261				
	32.278	-	32.278				
		Mensuração a v	alor justo - Controladora				
		Mensuração a v	alor justo - Controladora				
_		Preço cotado em mercado ativos para	Preço cotado em mercado não ativos para ativos	Registros não			
_		Preço cotado em mercado ativos para ativos identicos	Preço cotado em mercado não ativos para ativos similares	observaveis			
_	31/12/2014	Preço cotado em mercado ativos para	Preço cotado em mercado não ativos para ativos				
	31/12/2014	Preço cotado em mercado ativos para ativos identicos	Preço cotado em mercado não ativos para ativos similares	observaveis			
	31/12/2014 28.130	Preço cotado em mercado ativos para ativos identicos	Preço cotado em mercado não ativos para ativos similares	observaveis			
Ativo Caixa e equivalentes de caixa Títulos e valores mobiliários		Preço cotado em mercado ativos para ativos identicos	Preço cotado em mercado não ativos para ativos similares Nível 2	observaveis			

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

- d) Instrumentos financeiros--Continuação
 - ii) Seleção dos cenários--Continuação

Mensuração do valor justo--Continuação

	Mensuração a valor justo - Consolidado						
		Preço cotado em mercado ativos para ativos idênticos	Preço cotado em mercado não ativos para ativos similares	Registros não observáveis			
	31/12/2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3			
tivo							
Caixa e equivalentes de caixa	30.052	-	30.052				
Títulos e valores mobiliários	7.261	-	7.261				
	37.313	-	37.313				
-		Mensuração a v	valor justo - Consolidado				
		Preço cotado em mercado ativos para ativos idênticos	Preço cotado em mercado não ativos para ativos similares	Registros não observáveis			
	31/12/2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3			
.tivo							
Caixa e equivalentes de caixa	35.014	-	35.014				
Títulos e valores mobiliários	10.792	-	10.792				
	45.806	-	45.806				

O Valor justo dos ativos e passivos financeiros são similares ao valor contábil.

e) Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais, considerando os requerimentos legais e estatutários.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Lucro líquido (prejuízo) por ação

O resultado por ação foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da investida no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais da Companhia em circulação neste exercício, comparativamente com o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, conforme o quadro abaixo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve alteração na quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação e também não existem situações que possam provocar diluição.

_		3	31/12/2015			31/12/2014
Em milhares de reais	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Resultado do exercício	(5.162)	(40)	(5.202)	11.429	97	11.526
Resultado atribuível aos acionistas	(5.162)	(40)	(5.202)	11.429	97	11.526
Número efetivo de ações	144.198	1.109	145.307	144.198	1.109	145.307
Resultado por ação básico e diluído - R\$	(35,80)	(35,80)	(35,80)	79,26	87,19	79,32

29. Operações descontinuadas

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. no exercício de 2011 constituiu participação de 51% da empresa Caporena Comércio de Camisas Ltda., cujo objeto social principal é a compra, venda, comercialização, distribuição, importação e exportação de peças de vestuário e de acessórios de vestuário com marca própria.

As principais classes de ativos e passivos a serem descontinuados são:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2	2
Contas a receber de clientes	7	7
Outros ativos	-	-
Estoque	-	-
	9	9
Não circulante		
Imobilizado	3	9
Intangível	-	-
	3	9
Total do ativo	12	18

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Operações descontinuadas--Continuação

	31/12/2015	31/12/2014
Passivo		
Circulante		
Fornecedores e outras contas a pagar (a)	508	470
	508	470
Não circulante		
Outros passivos (a)	1.839	1.611
	1.839	1.611
Patrimônio líquido		
Capital social	10	10
Prejuízos acumulados	(2.345)	(2.073)
	(2.335)	(2.063)
Total do passivo	12	18

⁽a) Nestes montantes existem saldos devidos a Companhia que foram eliminados na consolidação das demonstrações financeiras, sendo apresentado o saldo de R\$985 como passivos de operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2015 (R\$1.037 em 31 de dezembro de 2014).

O resultado do exercício da Caporena Comércio de Camisas Ltda. é apresentado a seguir:

Demonstração de resultado	31/12/2015	31/12/2014
Receita Líquida	-	-
Custo de produtos	-	-
Lucro Bruto	-	-
Despesas Comerciais, gerais e administrativas	(7)	(9)
Resultado Financeiro	(265)	(186)
Outras despesas operacionais	-	(1)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		
líquido	(272)	(196)
Imposto de renda e contribuição social	•	-
Prejuízo do exercício da operação descontinuada	(272)	(196)

Os fluxos de caixas líquidos incorridos pela Caporena Comércio de Camisas Ltda. são:

Fluxo de Caixa líquidos das operações descontinuadas	31/12/2015	31/12/2014
Provenientes das operações	-	(4)
Utilizados nas atividades de investimento	-	-
Utilizados nas atividades de financiamento	<u> </u>	-
		(4)

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía as seguintes apólices de seguros contratadas junto a terceiros:

	Importâncias
Ramos	seguradas
Incêndio de bens do imobilizado e avarias nos estoques	209.703
Veículos	4.992
Responsabilidade civil diretoria D&O	23.500
Responsabilidade civil	15.000
Fiança Locatícia	785

Conselho de Administração:

José Inácio Peixoto Neto

Presidente

Glaydson Ferreira Cardoso

Vice-Presidente

Herbert Steinberg

Conselheiro

Jorge Nagib Amary Junior

Conselheiro

Vicente Moliterno Neto

Conselheiro

Conselho fiscal:

Enio de Melo Coradi

Conselheiro

Flávio Stamm

Conselheiro

Igor Fonseca Santos Teixeira

Conselheiro

Luiz Alberto de Castro Falleiros

Conselheiro

Paulo Henrique Laranjeira da Silva

Conselheiro

Diretoria:

Paulo Antonio Valente

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Renato Hojda

Diretor Comercial

Responsável técnico:

Celso Romario de Oliveira

Contador

CRC-MG 065048